

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/07/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2011	Ordinária		0,82011

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.789.972	2.019.475
1.01	Ativo Circulante	1.402.023	1.363.002
1.01.01	Disponibilidades	82.258	79.028
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	529.905	374.066
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	409.996	300.006
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.909	74.060
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.887	229.296
1.01.03.01	Carteira Própria	2.932	223.447
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	0	4.051
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	1.955	1.798
1.01.04	Relações Interfinanceiras	149.029	153.478
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5.093	19
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	143.893	153.407
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	0	10
1.01.04.04	Correspondentes	43	42
1.01.06	Operações de Crédito	585.547	468.372
1.01.06.02	Setor Privado	600.905	487.182
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-15.358	-18.810
1.01.08	Outros Créditos	47.484	55.908
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	176	158
1.01.08.02	Rendas a Receber	945	1.003
1.01.08.04	Diversos	47.887	55.586
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-1.524	-839
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.913	2.854
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	5.375	3.489
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-2.482	-1.553
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	20	918
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.345.261	616.071
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	423.268	185.824
1.02.02.01	Carteira Própria	418.259	185.824
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	5.009	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	55.984	54.224
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	55.984	54.224
1.02.05	Operações de Crédito	856.461	361.974
1.02.05.02	Setor Privado	878.925	376.511
1.02.05.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-22.464	-14.537
1.02.07	Outros Créditos	9.548	14.049
1.02.07.01	Diversos	9.548	14.049
1.03	Ativo Permanente	42.688	40.402
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	40.687	38.512
1.03.02.01	Imóveis de Uso	45.093	44.721
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	56.131	49.827

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-60.537	-56.036
1.03.04	Intangível	1.968	1.794
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	3.051	2.582
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-1.083	-788
1.03.05	Diferido	0	63
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	0	546
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	0	-483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.789.972	2.019.475
2.01	Passivo Circulante	2.422.929	1.711.659
2.01.01	Depósitos	2.281.261	1.614.431
2.01.01.01	Depósitos a Vista	585.373	709.684
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	364.294	297.359
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	67.984	45.511
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.263.610	561.877
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	4.996	4.037
2.01.02.02	Carteira Própria	4.996	4.037
2.01.04	Relações Interfinanceiras	12.271	15
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	12.098	0
2.01.04.02	Correspondentes	173	15
2.01.05	Relações Interdependências	94	68
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	93	68
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	1	0
2.01.09	Outras Obrigações	124.307	93.108
2.01.09.01	Cobrança de Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.451	620
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	173	2.645
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	12.063	10.717
2.01.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	6.656	9.546
2.01.09.05	Diversas	97.964	69.580
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	51.271	43.675
2.02.01	Depósitos	25.996	21.094
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	25.996	21.094
2.02.09	Outras Obrigações	25.275	22.581
2.02.09.01	Diversas	25.275	22.581
2.05	Patrimônio Líquido	315.772	264.141
2.05.01	Capital Social Realizado	264.141	105.895
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	264.141	105.895
2.05.04	Reservas de Lucro	0	158.246
2.05.04.01	Legal	0	9.670
2.05.04.02	Estatutária	0	148.576
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	51.631	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	143.014	398.676	110.039	296.876
3.01.01	Operações de Crédito	111.433	309.782	90.526	243.646
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Val. Mobiliários	29.652	83.153	18.021	48.816
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.904	5.697	1.492	4.408
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	25	44	0	6
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-46.835	-127.121	-31.055	-79.748
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-45.838	-111.297	-25.840	-65.170
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-997	-15.824	-5.210	-14.573
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-5	-5
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	96.179	271.555	78.984	217.128
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-66.187	-166.443	-51.079	-133.001
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	9.783	24.898	8.301	23.262
3.04.02	Despesas de Pessoal	-33.620	-89.644	-31.078	-77.669
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-28.106	-76.812	-23.542	-65.281
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-807	-2.238	-754	-2.130
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-546	-1.571	-448	-1.320
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-3.838	-11.052	-3.454	-8.199
3.04.03.04	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-996	-3.278	-895	-3.525
3.04.03.05	Despesas de Material	-235	-704	-215	-739
3.04.03.06	Despesas de Processamento de Dados	-5.658	-15.747	-3.904	-11.290
3.04.03.07	Despesas de Promoções e Relações Públicas	-898	-1.815	-367	-652
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-293	-640	-1.635	-3.060
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-53	-707	-57	-906
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-79	-227	-78	-246
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-2.141	-5.376	-1.707	-4.820
3.04.03.12	Despesas de Serviços de Terceiros	-1.462	-4.109	-1.532	-3.850
3.04.03.13	Despesas de Serviços de Vigilância e Segur. Bancária	-2.051	-6.097	-1.517	-4.931
3.04.03.14	Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-631	-928	-148	-573

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-5.216	-13.989	-4.079	-11.319
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-208	-490	-146	-363
3.04.03.17	Despesas de Multas Aplicadas pelo Bacen	0	-3	-11	-15
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-1.100	-2.369	-657	-1.862
3.04.03.19	Despesas de Amortização e Depreciação	-1.876	-5.395	-1.922	-5.407
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-18	-77	-16	-74
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.508	-16.272	-4.834	-13.470
3.04.04.01	Disp. de Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	-481	-1.231	-409	-1.140
3.04.04.02	Despesas de Contribuições ao Finsocial	-4.243	-12.559	-3.692	-10.228
3.04.04.03	Despesas de Contribuições ao Pis/Pasep	-690	-2.042	-600	-1.662
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-94	-440	-133	-440
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	714	3.721	809	3.986
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	15	50	10	630
3.04.05.02	Outras Rendas Operacionais	674	2.574	564	2.769
3.04.05.03	Outras	25	1.097	235	587
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-9.450	-12.334	-735	-3.829
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-52	-78	-11	-25
3.04.06.03	Juros sobre o Capital Próprio	-7.809	-7.809	0	0
3.04.06.04	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	-61	-247	-68	-313
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-1.528	-4.200	-656	-3.491
3.05	Resultado Operacional	29.992	105.112	27.905	84.127
3.06	Resultado Não Operacional	-101	2.219	-1.172	-1.054
3.06.01	Receitas	288	3.799	945	1.451
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	288	3.799	945	1.451
3.06.02	Despesas	-389	-1.580	-2.117	-2.505
3.06.02.01	Despesas Não Operacionais	-389	-1.580	-2.117	-2.505
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	29.891	107.331	26.733	83.073
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-18.878	-49.347	-11.432	-32.072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-9.376	-22.647	-4.853	-13.789
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-5.713	-13.735	-3.070	-8.532
3.08.03	Ativo Diferido	-3.789	-12.965	-3.509	-9.751
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-133	-6.353	-2.013	-6.735
3.10.01	Participações	-133	-6.353	-2.013	-6.735
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	7.809	7.809	0	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	18.689	59.440	13.288	44.266
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.959	38.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.307	46.861
6.01.01.01	Lucro Líquido	59.440	44.266
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	4.867	2.595
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.348	-8.814
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-155.839	-92.728
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-13.036	110.156
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	14.971	26.174
6.01.02.04	Operações de Crédito	-611.662	-230.077
6.01.02.05	Outros Créditos	12.925	-17.614
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	1.798	512
6.01.02.07	Outras Obrigações	42.804	9.734
6.01.02.08	Depósitos	671.732	222.729
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	959	-37.700
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.009	-3.114
6.02.01	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	270	594
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	699	3.225
6.02.03	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-2.127	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-8.179	-6.845
6.02.05	Aplicação no Intangível	328	-88
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.719	-9.520
6.03.03	Juros s/ Capital Próprio Pagos ou Provisionados	-16.719	-9.520
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.231	25.413
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	166.504	55.662
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169.735	81.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	105.895	0	0	158.246	40.751	0	304.892
5.03	Saldo Ajustado	105.895	0	0	158.246	40.751	0	304.892
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	18.689	0	18.689
5.05	Destinações	0	0	0	0	-7.809	0	-7.809
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-7.809	0	-7.809
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	158.246	0	0	-158.246	0	0	0
5.13	Saldo Final	264.141	0	0	0	51.631	0	315.772

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	105.895	5.511	0	99.874	0	0	211.280
5.03	Saldo Ajustado	105.895	5.511	0	99.874	0	0	211.280
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	44.266	0	44.266
5.05	Destinações	0	0	0	-9.520	0	0	-9.520
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-9.520	0	0	-9.520
5.12	Outros	0	-5.511	0	5.511	0	0	0
5.13	Saldo Final	105.895	0	0	95.865	44.266	0	246.026

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	412.438	307.625
7.01.01	Intermediação Financeira	390.195	289.480
7.01.02	Prestação de Serviços	24.899	23.262
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.727	-13.745
7.01.04	Outras	12.071	8.628
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-113.096	-66.126
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.321	-60.560
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-5.841	-5.243
7.03.02	Serviços de Terceiros	-64.006	-53.311
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.474	-2.006
7.04	Valor Adicionado Bruto	228.021	180.939
7.05	Retenções	-5.395	-5.407
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.395	-5.407
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	222.626	175.532
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	222.626	175.532
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	222.626	175.532
7.09.01	Pessoal	84.127	74.081
7.09.01.01	Remuneração Direta	54.822	48.455
7.09.01.02	Benefícios	25.236	22.300
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.069	3.326
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.489	55.864
7.09.02.01	Federais	75.972	54.393
7.09.02.03	Municipais	1.517	1.471
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.570	1.320
7.09.03.01	Aluguéis	1.570	1.320
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.440	44.267
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.809	11.067
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.631	33.200

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Financeiras do Banco do Estado do Pará S.A – Banpará, relativas ao terceiro trimestre de 2011, elaborados em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - BCB e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ambiente Econômico

No contexto internacional, o principal legado das medidas tomadas para enfrentar a crise bancária de 2008 é o aumento da relação dívida/PIB notado nas principais economias do mundo, porém, mais sentida em países como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. A incapacidade destes países de promoverem seu equilíbrio fiscal e retomarem o crescimento tem marcado o ano de 2011, com a suspeita de que o aumento dos riscos soberanos (incapacidade de honrarem seus compromissos) afete em cascata outras economias.

Analistas acreditam que a economia brasileira, em certa medida, também será alcançada por estes efeitos. O PIB anual, que até o 2T11 cresceu 3,1% em relação à igual período do ano anterior, vem sendo periodicamente projetado para baixo, devendo fechar o ano em 3,5%.

Corroborando com esta tendência de baixa o comportamento da indústria, que em agosto variou negativamente 0,2%. A produção industrial acumulada no ano cresceu 1,4%, mas mantém tendência descendente na taxa anualizada (últimos *doze* meses), ao sair de 2,9% em julho para 2,3% em agosto, gerando a expectativa de que a produção deverá crescer 2,26% em 2011. Para o governo, que conta com US\$ 352 bi (set/11) de reservas internacionais, o regime de câmbio flutuante é a primeira linha de defesa contra os choques externos para fazer frente a esta crise, que por via indireta, poderá contribuir também para desaceleração da inflação que vem se mantendo acima da meta. O IPCA variou 0,53% em setembro, acima dos 0,37% de agosto, com isso ele acumula 4,97% no ano e 7,31% em *doze* meses. No combate à inflação, além da política de câmbio, o governo lançou mão da política monetária ao reduzir a taxa de juros em 0,5 pp., o que deve ser associado à política fiscal no que tange ao controle dos gastos públicos, arrefecendo desta maneira o consumo.

Na economia local, os destaques deste 3T11 é a desaceleração do IPCA-Belém de setembro (0,15%) comparativamente a agosto (0,41%). No ano, a inflação na capital paraense acumula 3,4%. Já a produção industrial paraense registrou queda de 1,2% em agosto em comparação a julho. No ano o crescimento acumulado na produção é de 2,5% e 5,3% nos últimos *doze* meses.

O melhor desempenho continua sendo o da indústria extrativa mineral (9,4%) enquanto a indústria de madeira declinou 43,9%. No mercado de crédito, o volume concedido em julho foi de aproximadamente R\$ 22 bilhões, no ano o crescimento acumulado em crédito concedido para Pessoas Físicas e Jurídicas é de 12% e 7% respectivamente, enquanto a taxa anualizada indica crescimento equilibrado em ambas as carteiras, 24% e 25%.

Desempenho econômico do Banpará

Comentário do Desempenho

Apresentamos, a seguir, os principais resultados do Banpará no terceiro trimestre de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	3º Trimestre 2011	2º Trimestre 2011	3º Trimestre 2010	Variação	
				3º T 2011 x 2º T 2011	3º T 2011 x 3º T 2010
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	143.014	135.471	110.039	5,6	30,0
Operações de Crédito	111.433	103.496	90.526	7,7	23,1
Resultado de Oper. Tít. Val. Mobiliários	29.652	29.669	18.021	-0,1	64,5
Resultado de Câmbio	25	3	-	733,3	
Resultado de Aplicações Compulsórias	1.904	2.303	1.492	-17,3	27,6
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(46.835)	(42.082)	(31.055)	11,3	50,8
Operações de Captação Mercado	(45.838)	(35.972)	(25.840)	27,4	77,4
Resultado de Câmbio	-	-	(5.210)		-100,0
Prov. Oper. Créd. e Outros Créd. c/ caract. Conc. Crédito	(997)	(6.110)	(5)	-83,7	19840,0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	96.179	93.389	78.984	3,0	21,8
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(58.378)	(52.101)	(51.079)	12,0	14,3
Receitas de Prestação de Serviços	5.929	4.735	1.877	25,2	215,9
Rendas de Tarifas Bancárias	3.854	3.036	6.424	26,9	-40,0
Despesas de Pessoal	(33.620)	(27.390)	(31.078)	22,7	8,2
Outras Despesas Administrativas	(28.106)	(26.283)	(23.542)	6,9	19,4
Despesas Tributárias	(5.508)	(5.630)	(4.834)	-2,2	13,9
Outras Receitas Operacionais	714	975	809	-26,8	-11,7
Outras Despesas Operacionais	(1.641)	(1.544)	(735)	6,3	123,3
RESULTADO OPERACIONAL	37.801	41.288	27.905	-8,4	35,5
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(101)	2.012	(1.172)	-105,0	-91,4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	37.700	43.300	26.733	-12,9	41,0
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.878)	(15.956)	(11.432)	18,3	65,1
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(133)	(3.636)	(2.013)	-96,3	-93,4
REVERSÃO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	7.809	-	-	0,0	0,0
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	18.689	23.708	13.288	-21,2	40,6

No terceiro trimestre de 2011, o lucro líquido apresentado atingiu R\$ 18.689 mil, com redução de 21,2% em relação ao segundo trimestre de 2011 e crescimento de 40,6% se comparado com o mesmo período de 2010. O saldo patrimônio líquido totalizou R\$315.772 mil e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 20,6%.

Intermediação Financeira

As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 143.014 mil, incremento de 5,6% em relação segundo trimestre de 2011 e 30,0% superior quando comparadas com as do mesmo período de 2010. Este desempenho foi influenciado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 77,9% das receitas, e contribuíram com R\$ 111.433 mil, ou seja, evolução de 7,7% em relação ao saldo atingido no período anterior e 23,1% se comparado ao do mesmo período do ano anterior, destacando-se as receitas originárias dos créditos consignado estadual e inativo-pensionista que cresceram, respectivamente, 36,8% e 46,2% em relação ao terceiro trimestre de 2010, e, ainda, o crescimento de 10,2% nas receitas oriundas do produto Banparacard.

Comentário do Desempenho

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários registrou R\$ 29.652 mil, com evolução de 64,5% quando comparado com o saldo de R\$ 18.021 mil apresentado no terceiro trimestre do ano anterior, em função do aumento de 102,4% nas rendas de aplicações interfinanceiras.

As despesas da Intermediação Financeira atingiram no trimestre R\$ 46.835 refletindo evolução de 11,3% em relação ao trimestre anterior, e incremento de 50,8% quando comparadas o do mesmo período de 2010. As despesas com captação de recursos totalizaram R\$ 45.838 mil, crescimento de 27,4% em relação ao período anterior e 77,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$997 mil, com redução R\$5.113 mil em relação ao período anterior, decorrente da mudança de estimativa realizada nos contratos cuja modalidade da operação é empréstimo consignado.

O resultado da intermediação financeira, após as provisões para perdas em operações com créditos, atingiu R\$ 96.179 mil no terceiro trimestre de 2011, um crescimento de 21,8% em relação ao registrado no mesmo período de 2010.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$ 9.783 mil no 3º trimestre de 2011, um crescimento igual a 15,2%, se comparado com o total de R\$ 8.301 mil, alcançado no terceiro trimestre do ano anterior. As despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 67.234 mil no trimestre, com crescimento de 13,1% em comparação ao mesmo período de 2010. As despesas com pessoal atingiram R\$ 33.620 mil, equivalente ao crescimento de 8,2% em relação ao saldo apresentado em igual período do trimestre do ano anterior, que é resultado da contratação de pessoas, aumento da remuneração fixa, que impactou diretamente no aumento das despesas com encargos e benefícios, além de gastos com plano de saúde e previdência complementar.

O aumento nessas despesas fez com que o índice de cobertura das despesas com pessoal em relação às receitas de serviços atingisse 3,4%, queda de 0,3 pontos percentuais em relação ao índice apresentado no terceiro trimestre de 2011.

As despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 28.106 mil neste 3º trimestre de 2011, equivalente a uma evolução de 19,4% em relação ao total de R\$ 23.542 mil apresentado no mesmo período de 2010. A evolução é consequência do aumento dos custos com processamento de dados, investimentos em infraestrutura das agências e postos e propaganda e publicidade. O índice de eficiência operacional das despesas administrativas em relação às receitas apresentou melhora de 1,4 pontos percentuais, atingindo 59,5% no terceiro trimestre de 2011.

Desempenho Patrimonial

Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL	3º Trimestre 2011	2º Trimestre 2011	3º Trimestre 2010	Variação	
				3º T 2011 x 2º T 2011	3º T 2011 x 3º T 2010
ATIVO					
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	2.747.284	2.436.647	1.972.499	12,7	39,3
Disponibilidade	82.258	87.476	81.075	-6,0	1,5
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	529.905	723.609	422.505	-26,8	25,4
Títulos e Valores Mobiliários	428.155	423.108	411.864	1,2	4,0
Operações de Crédito	1.479.830	990.892	844.439	49,3	75,2
Provisão para Operações de Crédito em Liquidação	(37.822)	(41.344)	(32.810)	-8,5	15,3
Relações Interfinanceiras/Interdependências	205.013	190.589	164.860	7,6	24,4
Outros Créditos e Outros Valores	59.945	62.317	80.566	-3,8	-25,6
PERMANENTE	42.688	41.213	41.207	3,6	3,6
Investimentos	33	33	33	0,0	0,0
Imobilizado de Uso	40.687	39.075	39.361	4,1	3,4
Intangível/Diferido	1.968	2.105	1.813	-6,5	8,5
TOTAL DO ATIVO	2.789.972	2.477.860	2.013.706	12,6	38,5
PASSIVO					
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.474.200	2.172.968	1.767.680	13,9	40,0
Depósitos	2.307.257	2.032.791	1.631.867	13,5	41,4
Depósitos à Vista	585.373	576.007	531.793	1,6	10,1
Depósitos de Poupança	364.294	315.956	271.447	15,3	34,2
Depósitos Interfinanceiros	67.984	66.782	38.880	1,8	74,9
Depósitos à Prazo	1.289.606	1.074.046	789.747	20,1	63,3
Outros Depósitos	-	-	-		
Captações no Mercado Aberto	4.996	2.299	-	117,3	
Relações Interfinanceiras/Interdependências	12.365	13.224	11.099	-6,5	11,4
Outras Obrigações	149.582	124.654	124.714	20,0	19,9
Diversos	149.582	124.654	124.714	20,0	19,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	315.772	304.892	246.026	3,6	28,3
TOTAL DO PASSIVO	2.789.972	2.477.860	2.013.706	12,6	38,5

Os Ativos Totais alcançaram saldo de R\$ 2.789.972 mil, equivalente ao crescimento de 38,6%, quando comparado ao registrado setembro de 2010, aumento esse originado pela alta de 75,2% nas operações de crédito e pelo incremento de 25,4 % nas aplicações interfinanceiras de liquidez. Esse desempenho corresponde a um retorno sobre os ativos médios de 0,7%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3º Trimestre 2011	2º Trimestre 2011	3º Trimestre 2010	Variação	
				3º T 2011 x 2º T 2011	3º T 2011 x 3º T 2010
Adiantamentos a Depositantes	346	268	123	29,10	181,30
Empréstimos	1.468.389	979.142	831.424	49,97	76,61
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.369	8.339	9.369	0,36	-10,67
Financiamentos Imobiliários	2.725	3.143	3.522	-13,30	-22,63
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-		
Total	1.479.829	990.892	844.438	49,34	75,24

A carteira de crédito alcançou R\$ 1.479.829 mil, no terceiro trimestre de 2011, incremento de 49,3% em relação ao trimestre anterior e 75,2% em relação ao igual período do ano 2010, com destaque dos créditos consignados estadual e inativo-pensionista que alcançaram respectivamente R\$ 834.558 mil e R\$ 310.305 mil neste final do período, evolução respectiva de 121,5% e 113,9% sobre os saldos de setembro de 2010. Destacou-se, também, o produto Banparacard com crescimento de 8,8% atingindo o saldo de R\$ 207.123 mil. As demais linhas de crédito mantiveram-se praticamente estáveis no terceiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

O índice de inadimplência da carteira de empréstimos (operações de crédito com atraso superior a 61 dias) foi de 0,73%, queda de 0,5 pontos percentuais em relação ao apresentado no terceiro trimestre de 2010.

Captação de Recursos

O saldo de recursos captados no terceiro trimestre de 2011 alcançou R\$ 2.307.257 mil, que equivale a um crescimento de 41,4% em relação ao igual período do trimestre do ano anterior. Esse aumento foi bastante influenciado pela evolução de 63,3% nos depósitos a prazo, que atingiu saldo de R\$ 1.289.606 mil frente aos R\$ 789.747 mil apresentados em setembro de 2010 e pelo crescimento de 74,9% no saldo dos depósitos interfinanceiros que alcançou R\$ 67.894 mil neste trimestre. Já os depósitos de poupança apresentaram saldo de R\$ 364.294 mil, com crescimento de 34,2% frente aos R\$ 271.447 mil apresentados em setembro de 2010.

Mercado e Imagem

Rating

O Banpará manteve a classificação A - (em moeda nacional) atribuída pela empresa Austin Rating, que é inequívoca demonstração de que o Banco apresenta solidez financeira, dotada de negócio seguro e valorizado, refletindo um avanço em aspectos ligados a suporte e gestão estratégica.

Responsabilidade Social e Ambiental

O Banpará acredita que o seu desenvolvimento e crescimento empresarial devem estar associados à sustentabilidade de suas ações. Assim, investe constantemente na melhoria da estrutura física de suas unidades e na conscientização dos seus funcionários para o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na redução de impactos ambientais. Além disso, busca estreitar sua relação com os colaboradores, clientes e a comunidade em geral, por meio de iniciativas de caráter social.

A Instituição faz referência à responsabilidade social e ambiental no seu Código de Ética e na sua Política institucional de Patrocínio. No Código, o Banpará se posiciona de modo a estabelecer uma interlocução com a sociedade de forma ética e com responsabilidade social, comprometida com os valores institucionais junto aos seus mais diversos públicos. Na Política de Patrocínio, um dos critérios exigidos para projetos de solicitação de patrocínio é o caráter socioambiental, ou seja, que contemplem eventos ou ações associadas às questões ambientais, consolidando a imagem do Banco como empresa preocupada com tais questões.

Com foco contínuo no crescimento sustentável, o Banpará adota práticas para aumentar ainda mais o comprometimento com a proteção do meio ambiente. Neste sentido, incentiva, por meio de patrocínio, o desenvolvimento de projetos e ações que tenham como premissa a redução de resíduos, o uso racional de recursos naturais e a utilização de materiais ambientalmente corretos, em consonância com a sua Política Institucional de Patrocínios.

Ações de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentáveis

Comentário do Desempenho

O Banpará atua em todo o Estado do Pará como instrumento de fomento a pequenos e grandes investimentos em todos os segmentos da economia, destacando-se no apoio à indústria, rural, comércio e serviços, oferecendo linhas de crédito próprias, e, administrando recursos de terceiros para a concessão de empréstimos e financiamentos.

O Banpará oferece apoio a empreendimentos que priorizem o desenvolvimento com inclusão social, geração de postos de trabalho e renda, atuando como agente financeiro e administrador de fundos e programas criados pelo Governo do Estado do Pará e Governos Municipais.

O BANPARÁ COMUNIDADE é uma iniciativa própria de fomento ao pequeno empreendedor formal, informal e de baixa renda, permitindo-lhe o fácil e rápido acesso ao crédito, que, desde o seu início em 2001 até setembro/2011 já atingiu 105 municípios aplicando R\$ 144.439 mil beneficiando 33 mil pessoas físicas, gerando ou mantendo mais de 78 mil postos de trabalho, sendo aplicados até o final do terceiro trimestre de 2011 R\$ 144.439 mil.

Atualmente o Banpará é parceiro na administração dos seguintes Programas de Fomento do Governo Estadual, que, até o final do terceiro trimestre de 2011 apresentam o seguinte quadro:

- **BANCO DO PRODUTOR:** mantém aplicados R\$ 14.179 mil em 13 projetos localizados em 11 municípios paraenses gerando ou mantendo 180 postos de trabalho diretos;
- **FDE PRIVADO:** mantém aplicados R\$ 41.564 mil em todo o Estado do Pará, estimulando o desenvolvimento econômico e social;
- **FDE – INCENTIVOS FINANCEIROS:** beneficia 04 empresas que já obtiveram R\$ 10.447 mil na forma de financiamento, as quais mantêm mais de 770 empregos diretos;
- **CREDPARÁ:** mantém aplicados R\$ 51.623 mil gerando e/ou mantendo mais de 59.477 postos de trabalho em mais de 73 municípios paraenses;
- **FUNDO DE AVAL:** concedeu aval a 1.906 pessoas físicas que participaram do Programa BOLSA TRABALHO, que optaram por obter crédito através do CREDPARÁ para iniciar um microempreendimento;
- **PARÁ RURAL:** mantém aplicados R\$ 7.131 mil em 28 municípios beneficiando 31 Associações e Cooperativas formadas por 2.593 famílias de produtores rurais carentes.
- **POLÍTICA DE INCENTIVOS:** beneficia atualmente 108 empresas que promovem o desenvolvimento econômico e social do Estado gerando mais de 14 mil empregos diretos.

O Banpará administra, ainda, dez fundos municipais de desenvolvimento nos seguintes municípios: Belém, Ananindeua, Santarém, Moju, Óbidos, Paragominas, Santa Bárbara, Xinguara, Portel e Vigia, cujo valor aplicado até o final do terceiro trimestre de 2011 é R\$ 2.077 mil, auxiliando mais de 4.000 pessoas físicas e jurídicas na implantação e manutenção de seus empreendimentos.

Produtos, Serviços e Canais

Comentário do Desempenho

O Banpará, como agente financeiro do Estado do Pará, tem focado suas ações da área comercial visando fortalecer a relação com os clientes, sem perder de vista a estratégia do Governo do Estado para a sua instituição financeira oficial, traduzida na missão de “ser um Banco moderno, autossustentável, comprometido com a excelência no atendimento, com as políticas de fomento e desenvolvimento sócioeconômico do Pará, atuando com ética e responsabilidade social” e ainda, tendo como norte “ser referência como banco regional de varejo e de fomento”.

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará tem ampliado a sua rede de agências no Estado, estando hoje com 195 pontos de atendimento em 57 municípios paraenses.

Além de sua Rede própria, disponibiliza mais de 32.000 pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e Rede Compartilhada. Desta maneira proporciona aos seus clientes a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional além de disponibilizar também a sua rede própria para os correntistas das outras instituições parceiras.

Destacam-se os produtos:

- **Produto de Crédito**

Pessoa Física	Descrição	(R\$ mil)
Empréstimos Sazonais (Banpará na Volta às aulas, Antecipação I.R, Banpará Vai à Praia)	Produto Sazonal fixo de curto prazo, calculado percentual sobre o 13ºsalário.	36.730
Empréstimo Consignado	Produto de crédito com desconto em folha de pagamento, disponibilizado a clientes e funcionários.	1.164.563
CredComputador	Limite de crédito extra disponibilizado para aquisição de computadores e periféricos.	4.454
Banparacard	Limite de crédito rotativo disponibilizado percentual para empréstimo e compras.	207.123
Multicred	Limite de crédito rotativo utilizado como empréstimo e/ou compras.	14.512

Pessoa Jurídica		
Banpará Giro Rápido	Modalidade de empréstimo destinado aos clientes Pessoas Jurídicas que possuam contratos ativos de prestação de serviços, quer administrativos, com órgãos da esfera federal/estadual/municipal ou privados.	4.903
Banpará Comunidade	Linha de crédito que permite ao pequeno empreendedor formal, informal e de baixa renda ter acesso a financiamento. Produto disponibilizado em 92 municípios.	17.882

Comentário do Desempenho

- **Serviço**

Gestão de pagamento de Folha	Disponibiliza serviços automatizados para gerenciamento da movimentação do pagamento dos funcionários estaduais, municipais e privados.	1.203
Gestão de Arrecadação	Serviço automatizado disponibilizado aos clientes para viabilizar melhor controle e gerenciamento dos recursos arrecadados.	3.013
Rede de Compras	Possibilita aos clientes Pessoa Física aquisição de produtos e serviços, nas lojas credenciadas com o banco, atualmente mais de 1.400 pontos.	25.896
Gestão Abastecimento da Frota	Serviço disponibilizado aos clientes que possibilita o gerenciamento <i>on line</i> do abastecimento da frota de veículos.	10.347

- **Rede de Atendimento**

Pontos de Atendimento	Possui 195 pontos em 57 municípios contemplados	Quantidade
Capital	Agência	12
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	18
	Caixa deslocado	06
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	83
Interior	Agência	30
	Posto de Atendimento Bancário – PAB	20
	Posto de Atendimento Avançado – PAA	12
	Caixa deslocado	03
	Posto de Atendimento Eletrônico – PAE	11

- **Canais**

- Rede de Compras - A rede reúne estabelecimentos conveniados com o Banco para a venda de produtos e serviços aos correntistas portadores do Cartão Banpará. É um serviço estratégico, que visa a fidelização dos clientes por meio da segurança, agilidade e comodidade nas transações. Encerramos o terceiro trimestre de 2011 com 1.415 estabelecimentos credenciados, que efetuaram 292.986 mil

Comentário do Desempenho

transações. Houve crescimento de aproximadamente 15% de transações em relação ao mesmo período em 2010.

- Serviço de Autoatendimento - O Banpará possui 485 ATMs distribuídos em agências, postos e pontos de atendimento eletrônico. Além disso, possui convênios com o Banco 24 Horas e Rede Compartilhada para saques, saldos e extratos em ATMs terceirizados espalhados por todo o Brasil.
- Serviço de Internet - Em seu site institucional, o Banpará disponibiliza acesso a serviços de internet banking para pessoas físicas, jurídicas e órgãos de governo. O site, ágil e moderno, proporciona aos clientes conhecer com detalhes os conteúdos dos serviços e produtos oferecidos. Os canais Internet banking pessoa física e pessoa jurídica cresceram em quantidade de transação 16,66% em relação ao mesmo período de 2010.
- Serviço de URA - O Banco disponibiliza a seus clientes o serviço de transações eletrônicas na Unidade de Resposta Audível (URA), com consulta de saldos e extratos via fax, cadastramento de senhas e outros serviços eletrônicos.
- Serviço de Call Center e SAC - O Banpará disponibiliza a seus clientes o serviço de atendimento e transações por telefone (3004-4444 - Belém, Marabá e Santarém e 0800 285-8080 nas demais localidades) e o serviço de atendimento ao cliente (SAC 0800 280-6605), que garantem maior facilidade e comodidade para a realização de transações e obtenção de informações e registro de reclamações por telefone.

Expectativas

O Plano de Negócios do Banpará apresenta uma expectativa de expansão em conformidade com a avaliação de mercado e com o atual cenário da carteira comercial, além de atender as premissas estabelecidas no PROJETO BANPARÁ 50 ANOS, contemplando a instalação de novas unidades e implantação do projeto correspondente no país “Aqui tem Banpará”, visando atender às localidades que não dispõem de serviços bancários.

Com o retorno das operações de crédito com Pessoa Jurídica, vislumbramos incremento na contribuição no resultado comercial durante o exercício de 2011, considerando que o potencial de crescimento do Banco neste segmento é extremamente significativo, principalmente em virtude da ampliação do público alvo.

Tecnologia da Informação

Durante o terceiro trimestre de 2011, a área de tecnologia da informação continuou dando suporte às demais áreas do Banco, na implementação e manutenção de novos sistemas e do parque computacional.

No que tange às ações de governança de TI, a implantação do novo *Service Desk* do Banco foi concluída, focando no aprimoramento do gerenciamento da infraestrutura da tecnologia da informação, de acordo com as melhores práticas sugeridas pelo ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*).

Comentário do Desempenho

Entre os principais sistemas implantados no período está a nova versão do Consignado com intuito de automatizar processos internos de produção.

Com o objetivo de sempre manter o parque computacional e os ativos de TI atualizados, foi realizada a aquisição de 114 novos equipamentos de autoatendimento, proporcionando maior agilidade na execução das atividades do dia a dia.

A área de TI, pautada na premissa de excelência dos serviços e expansão da rede de atendimentos e usuários, possui projetos em fase de licitação e contratação, com o fito de que possam ser alcançadas as metas prospectadas para 2011.

Segurança da Informação

Aprimoramento dos processos de aceleração WAN e filtro de conteúdo WEB, incluindo todas as Unidades, e Cashes.

Está sendo implantado o projeto TOKEN DIGITAL, com objetivo de oferecer aos clientes do Banco, modernidade e praticidade no acesso ao canal de Internet Banking, mantendo os níveis de segurança praticados atualmente.

Os Planos de Continuidade de Negócios – PCN, implementados atualmente no Banpará, foram atualizados e submetidos ao teste de mesa, sendo aprovados em sua totalidade.

Treinamento dos funcionários das áreas de Segurança da informação, Suporte e Infraestrutura, nas novas soluções de gerenciamento de segurança da informação implantadas no Banpará.

A partir de agosto/2011, o Banpará, através da Superintendência de Segurança da Informação, tornou-se parceiro da RNP (Rede Nacional de Pesquisa), ao fomentar iniciativas que divulgam o tema de segurança em informática, conscientizando periodicamente os usuários de rede e parceiros do Banco sobre a importância de ambientes digitais mais seguros.

Gestão de Riscos

O Banpará, quanto à gestão de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com os padrões recomendados pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II e de forma alinhada às boas práticas de mercado, de modo a garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. Para tanto, são utilizados como processos contínuos o aprimoramento sistemático das políticas de gestão dos riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança, todos integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Com vistas ao efetivo gerenciamento dos riscos corporativos, o Banpará realiza constantes atualizações no Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez. Para validação do modelo utilizado para cálculo do valor em risco de mercado foi realizada a análise de backtesting, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3464/07. Também foram iniciados os estudos para revisão das Políticas Institucionais de Gerenciamento de Risco de Mercado, de Risco de Liquidez e de Risco Operacional, conforme as Resoluções CMN nº 3464/07, 2804/00 e 3380/06.

O Banpará está enquadrado acima da exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, o qual mede a relação entre o capital da

Comentário do Desempenho

instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações. Isso significa que, ao alavancar seus negócios o Banco possui um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos sem comprometer sua margem operacional.

Controles Internos e *Compliance*

O sistema de controles internos contempla o monitoramento das atividades em todos os níveis do Banpará, como forma de garantir a conformidade.

Estrutura de Controles Internos – O Banpará, dando seguimento à aplicação da metodologia de Autoavaliação de Controles e Riscos em suas unidades, avaliou neste trimestre, 02 unidades da Matriz, quais sejam, Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas e Processos (SUDEP) e Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social (SUDES). Além disso, iniciou a revisão dos mapeamentos de riscos e controles dos Macroprocessos Administração Financeira, Gerenciamento de Riscos, Controles e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Retaguarda de Serviços.

Para mitigação dos Riscos Operacionais identificados, foram elaborados 45 planos de ação, cujas demandas originaram-se de Súmulas e Apontamentos de Auditoria (Interna e Externa) e Reuniões de Comitês.

Com relação às atividades voltadas para o Compliance, o Banco promove atualização permanente do Sistema de Compliance, contemplando todos os normativos internos. Paralelamente são realizadas consultas aos órgãos reguladores para filtragem e encaminhamento dos normativos externos aos respectivos responsáveis, acompanhando junto às demais unidades o cumprimento daquilo que foi determinado pela legislação enviada.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) - O Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

Gestão de Pessoas

No terceiro trimestre de 2011, foram ofertadas 248 vagas em capacitação e desenvolvimento, objetivando o aperfeiçoamento profissional, a excelência nos serviços prestados e o acompanhamento das tendências do setor bancário, abrangendo 384 funcionários.

Os investimentos em treinamentos alcançaram o montante de R\$ 221 mil, com prioridade para as unidades de negócios, voltadas, principalmente, às áreas negociais e aos procedimentos e controles internos, excelência no atendimento, capacitação de novos empregados e desenvolvimento, auditoria, contabilidade, entre outros.

Ainda no terceiro trimestre, houve a reformulação do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, visando ampliar seu alcance, por meio da destinação de 60% do orçamento do programa, na ordem de R\$ 650mil, aos cursos de graduação, e 40% aos cursos de pós-graduação. Atualmente, o Programa contempla, 117 funcionários em cursos de graduação e 22 em cursos de pós-graduação.

Comentário do Desempenho

Ao encerrar o terceiro trimestre, o Banco contava com 1.267 empregados, 119 estagiários e 31 menores aprendizes.

Investimento em Segurança Bancária

Mantendo o processo de melhoria contínua e diversificação dos investimentos em segurança bancária, a Instituição adquiriu novos cofres e fechaduras de retardo, estabelecendo programação para substituição dos equipamentos atualmente utilizados, ainda no presente exercício.

Ainda no terceiro trimestre, foram realizados treinamentos voltados à segurança bancária, visando internalizar os procedimentos e adoção de condutas preventivas aos sinistros. Tais treinamentos contaram com a participação de gestores e funcionários das unidades de negócios.

Circular nº 3.068/01 – BACEN

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 178.898 mil, representando 41,8% do total de títulos e valores mobiliários.

Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Associados abrangem, exclusivamente, os de auditoria externa.

A Diretoria Colegiada

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ é uma sociedade anônima aberta de economia mista, tendo como acionista majoritário o Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo, com as carteiras: comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Estas informações financeiras foram liberadas pela Diretoria do Banco em 10 de novembro de 2011.

3. Resumo das principais práticas contábeis***a. Apuração do Resultado***

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Ativo circulante e realizável a longo prazo***Caixa e Equivalentes de Caixa***

Para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa são compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de vencimento das operações, na data de aquisição, seja igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão registrados e classificados de acordo com as Circulares nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis em carteira em:

- I. Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- II. Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- III. Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. O registro dos “Títulos Mantidos até o Vencimento” em Circulante e Não Circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Os rendimentos dos títulos, calculados “pro rata die” com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado do período, independentemente da categoria em que são classificados.

Instrumentos Financeiros e Derivativos

Os instrumentos financeiros e derivativos são registrados, na data da aquisição, de acordo com a intenção da Administração, levando-se em conta a finalidade de projeção contra riscos (*hedge*) ou não, conforme Circular BCB nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002.

As operações com instrumentos financeiros efetuados em negociação associada à operação de captação de recursos, com o mesmo prazo de vencimento e com a mesma contraparte da operação associada, não são ajustadas a mercado, conforme Circular BCB nº 3.150, de 11 de setembro de 2002. A Instituição não operou com derivativos.

Relações Interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo valor nominal atualizado pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas com taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia em rendas a apropriar e as operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos, observado que, se vencidas há mais de 59 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais**Outros Valores e Bens*

Composto basicamente por Bens Não de Uso Próprio, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. É mantida provisão para desvalorização de 50% do valor de registro. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. Segundo as normas bancárias brasileiras, devemos dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

c. Ativo Permanente

Os Investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

No Imobilizado é registrado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- | | |
|--|-----|
| • Imóveis de uso – Edificações | 4% |
| • Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação | 20% |
| • Demais itens | 10% |

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26 de novembro de 2008, do CMN.

O Diferido está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da referida

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

d. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

e. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Depósitos e captações no mercado aberto - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Demais passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento, de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e Resolução CMN nº 3.823/09.

- Os ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Os passivos contingentes – decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

f. Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep, Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
ISS	até 5%

g. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões, cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez tem a seguinte composição:

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Títulos	30.09.11	31.12.10
Posição Bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	189.997	300.006
Letras do Tesouro Nacional	170.000	-
Nota do Tesouro Nacional	49.999	-
Depósitos Interfinanceiros		
Não Ligadas	119.909	74.060
Total	529.905	374.066

5. Títulos e Valores Mobiliários**a) Classificação por tipo de papel:**

Títulos	30.09.11	31.12.10
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	242.292	223.447
CVS	178.898	185.824
Vinculados a Operações Compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	5.010	4.051
Vinculados à Prestação de Garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	1.955	1.798
Total	428.155	415.120

b) Classificação por categoria e vencimento:

Tipo	30.09.11			31.12.10		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos para Negociação						
LFT	249.368	249.257	07.03.2012 à 07.09.2015	229.389	229.296	15.06.2011 à 07.09.2015
Títulos Mantidos até Vencimento						
CVS	178.898	178.898	01.01.2027.	185.824	185.824	01.01.2027
Total	428.266	428.155		415.213	415.120	

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

CVS são títulos recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. O FCVS, criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação – BNH, tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação (utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos) e os reajustes salariais.

6. Créditos vinculados**Composição:**

Itens	30.09.11	31.12.10
Reservas Compulsórias em Espécie – Bacen (a)	64.085	89.183
Recolhimentos sobre Depósitos de Poupança – Bacen (a)	74.328	56.795
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.984	54.224
Outros Depósitos Compulsório – Crédito Rural Resolução	3.612	4.818
Outros	1.868	2.611
Total	199.877	207.631

(a) Os depósitos no Bacen são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais, e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista.

(b) Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, já homologados pela Caixa Econômica Federal e em processo de emissão dos títulos CVS (Nota 5) pela STN. O Banco possui na carteira de FCVS o montante de R\$55.984 mil, referente à (407) contratos com as seguintes situações:

b.1 - Habilitado e não homologado: representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da CAIXA ou do FCVS para homologação final. Nesta situação o Banco possui (106) contratos no montante de R\$ 12.652 mil.

b.2 - Habilitado e homologado: representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização. O Banco possui (301) contratos no valor de R\$ 43.332 mil.

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela Caixa Econômica Federal.

O Banco possui em sua carteira 151 contratos no valor total de R\$ 25.172 mil, cuja cobertura pelo FCVS foi negada pela Caixa por alegação de indício de multiplicidade e outras situações. A Administração, adotando uma postura conservadora, decidiu por não reconhecer contabilmente referidos créditos, por ainda não ter sido reconhecido pela CAIXA.

7. Operações de crédito e outros créditos**7.1 Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito:**

<i>a.</i>	<i>Por tipo de Operação</i>	
	30.09.11	31.12.10
Operações de Crédito	1.479.829	863.692
Adiantamentos a Depositantes	346	310
Empréstimos	1.468.389	851.744
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	8.369	8.244
Financiamentos Imobiliários	2.725	3.394
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-
Total	1.479.829	863.692

b. Por Faixas de Vencimento e Nível de Risco:

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.11	31.12.10
Parcelas Vincendas (A Vencer)	-	1.388.069	2.842	17.767	40.955	1.250	935	1.426	15.907	1.469.151	855.273
Até 30 dias	-	60.301	337	1.466	3.507	173	87	98	717	66.684	58.184
31 a 60 dias	-	22.607	314	1.233	2.860	105	46	57	658	27.880	57.638
61 a 90 dias	-	83.122	434	3.094	8.921	90	57	76	553	96.347	51.413
91 a 180 dias	-	145.482	581	2.957	6.812	181	128	190	3.106	159.436	107.551
181 a 360 dias	-	223.642	600	3.308	8.037	197	152	295	1.422	237.653	199.492
Acima de 360 dias	-	851.817	574	5.482	10.358	436	431	677	9.150	878.925	376.511
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	1.098	2	228	459	69	34	35	301	2.226	4.483
Parcelas Vencidas	-	-	214	486	961	526	328	399	7.763	10.678	8.420
15 a 30 dias	-	-	213	115	102	50	25	17	126	648	978
31 a 60 dias	-	-		365	450	150	72	70	672	1.780	1.662
61 a 90 dias	-	-	0	1	409	149	71	69	624	1.323	1.220
91 a 180 dias	-	-	1	4	-	177	159	242	2.469	3.051	2.418
181 a 360 dias	-	-	0	1	-	0	1	0	3.836	3.839	2.112
Acima de 360 dias	-	-							36	36	30
Total em 30.09.2011	-	1.388.069	3.056	18.253	41.916	1.776	1.263	1.825	23.670	1.479.829	
Total em 31.12.2010	-	755.308	5.413	21.839	54.228	2.875	1.591	2.194	20.244		863.692

c. Por Setores de Atividade

Setor Privado	30.09.11	%	31.12.10	%
Pessoas Físicas	1.463.632	98,91	829.562	96,05
Pessoas Jurídicas	4.903	0,34	22.493	2,61
Rural	8.569	0,57	8.243	0,95
Habitação	2.725	0,18	3.394	0,39
Total	1.479.829	100,00	863.692	100,00

7.2 Provisões para Perdas em Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos em liquidação a taxas que variam entre 0,5% e 100% em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Itens	30.09.11	31.12.10
Saldo no início do Trimestre	(41.344)	(28.236)
Provisões Constituídas	(14.372)	(31.281)
Reversões de Provisões	13.924	5.139
Valores Baixados ou Compensados c/ Créditos	3.970	21.031
Provisão para Perdas nas Operações de Crédito	(37.822)	(33.347)
Provisão para Outros Créditos	(1.524)	
Saldo no final do exercício	<u>(39.346)</u>	<u>(34.186)</u>

O montante dos créditos recuperados, no 3º trimestre de 2011, que haviam sido anteriormente baixados contra provisão, foi de R\$ 2.037 mil (R\$ 1.552 no 3º trimestre anterior).

7.3 Mudança da estimativa para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração, no terceiro trimestre de 2011, realizou revisão da classificação das operações de crédito, com base no art. 4º da resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999, inciso II, que trata das regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A mudança de estimativa foi realizada nos contratos cuja modalidade da operação é empréstimo consignado. A Administração considerou que vinha adotando critérios muito conservadores, o que ocasionava uma provisão maior do que o necessário. Referida alteração foi feita com base no art. 3º da Resolução 2.682/99, que permite a classificação diversa para determinada operação observado o disposto no art. 2º, inciso II.

A Administração, considerando a expectativa de realização da carteira de operações de crédito consignado, julga o montante estimado adequado para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do Bacen.

Neste contexto, o ajuste decorrente da alteração na classificação da estimativa para provisão de créditos de liquidação duvidosa, líquido dos efeitos fiscais, de R\$ 6.208 mil, foi registrado integralmente no resultado do terceiro trimestre de 2011, em contrapartida da conta do ativo de PROVISÃO PARA CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO, no grupo de OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais***7.4 Rendas de Operações de Crédito**

	30.09.11	30.09.10
Adiantamento a depositante	138	59
Empréstimo	108.932	88.460
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.037	1.552
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	210	303
Financiamentos rurais	116	145
Financiamentos Infraestruturais	-	7
Total	<u>111.433</u>	<u>90.526</u>

8. Outros créditos sem características de concessão de crédito

	30.09.11	31.12.10
Circulante		
Carteira de Câmbio	176	158
Rendas a Receber	945	1.003
Dividendos e Bonificações	6	21
Serviços Prestados a receber	846	882
Outras Rendas A Receber	93	100
Diversos	47.887	55.586
Adiantamento e Antecipações salariais	2.905	1.321
Adiantamento para Pagamento	7.319	4.021
Crédito tributário - IR/CSLL	260	8.723
Devedores por Depósitos em Garantia	25.793	24.980
Imposto e Contribuições a Compensar	1.286	1.284
Pagamentos a Ressarcir	945	571
Devedores Diversos - País	9.379	14.686
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.524)	(839)
Sem Características de Concessão de Créditos	(1.524)	(839)
Não Circulante		
Diversos	9.548	14.049
Crédito tributário - IR/CSLL	9.548	14.049
Total	57.032	69.957

9. Imobilizado em uso

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Itens	30.09.11	31.12.10
Imóveis de Uso		
Terrenos	6.970	6.970
Edificações	38.123	37.751
(Depreciação Acumulada)	(31.211)	(30.080)
Outras Imobilizações de Uso		
Sistema de Processamento de Dados	38.321	35.320
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.712	6.377
Sistema de Comunicação	786	484
Sistema de Segurança e Transportes	3.186	2.283
Móveis e Equipamentos em Estoque	97	637
Imobilizações em Curso	7.028	4.727
(Depreciação Acumulada)	(29.325)	(25.957)
Total de Imobilizado de Uso	<u>40.687</u>	<u>38.512</u>

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

10. Captações*a. Depósitos:*

	30.09.11	31.12.10
Circulante		
Depósitos à Vista	585.373	709.684
Depósitos do Público	360.331	426.942
Depósitos de Instituições Financeiras	344	300
Depósitos Vinculados	3.900	2.942
Depósitos de Governo	220.798	279.500
Depósitos a Prazo	1.263.610	561.877
Depósitos de Poupança	364.294	297.359
Depósitos Interfinanceiros	67.984	45.511
Não Circulante		
Depósitos a Prazo	25.996	21.094
Total	<u>1.307.257</u>	<u>1.635.525</u>

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Os Depósitos de Poupança são atualizados pela variação da Taxa Referencial e acrescidos de juros de 6% ao ano; os Depósitos a Prazo são remunerados à taxa (em função do CDI) com vencimentos, entre 30 e 180 dias.

b. Composição dos depósitos por vencimentos:

Vencimento	À vista	À prazo	Interfinanceiro	Poupança	30.09.11	31.12.10
Sem vencimento	585.373	2.484	-	364.294	952.151	1.007.043
até 30 dias	-	18.352	-	-	18.352	124.232
de 31 a 60 dias	-	27.174	-	-	27.174	79.307
de 61 a 90 dias	-	49.868	104	-	49.972	33.502
de 91 a 180 dias	-	324.638	47.150	-	371.788	121.503
de 181 a 360 dias	-	841.275	20.730	-	862.005	248.844
acima de 360 dias	-	25.815	-	-	25.815	21.094
Total	585.373	1.289.606	67.984	364.294	2.307.257	1.635.525

c. Composição por segmento de mercado:

Composição	À vista	À prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.11	31.12.10
Sociedades ligadas	215.966	1.076.076	-	-	1.292.042	696.014
Pessoas físicas	277.995	52.694	-	351.711	682.400	575.364
Instituições financeiras	344	-	67.984	-	68.328	45.811
Pessoas jurídicas	83.188	160.836	-	12.583	256.607	235.225
Governo Municipal	7.880	-	-	-	7.880	79.957
Outros	-	-	-	-	-	3.154
Total	585.373	1.289.606	67.984	364.294	2.307.257	1.635.525

d. Despesas de Captação:

	30.09.11	30.09.10
Depósitos de Poupança	6.336	4.306
Depósitos Interfinanceiros	2.005	551
Depósitos a Prazo	35.323	20.032
Depósitos Judiciais	388	1

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Operações Compromissadas - Carteira Própria e de Terceiros	949	364
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	837	586
Total	45.838	25.840

11. Outras Obrigações - Diversas

Itens	30.09.11	31.12.10
Circulante		
Cheque Administrativo	12.229	1.346
Contrato de Assunção de Obrigações	9.102	6.673
Obrigações p/ Contribuições ao SFH	11	8
Obrigações por Convênios	9.041	9.236
Obrigações por Prestação de Serviços	9.250	9.106
Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(a)	40.724	28.006
Credores Diversos – País	2.912	1.460
Passivo Contingente – Trabalhista ^(b)	3.966	3.478
Passivo Contingente – Cíveis ^(b)	10.393	9.120
Passivo Contingente – Cessão de Crédito Rural com Coobrigação ^(b)	1.191	1.147
Não Circulante		
Provisão para Pagamentos a Efetuar ^(a)	24.420	22.581
Total	123.239	92.161

a. As principais provisões constituídas no exercício que compõem o saldo da rubrica Provisões para Pagamentos a Efetuar, são:

Itens	30.09.11	31.12.10
Circulante		
Provisão com Pessoal	15.686	8.991
Suplementação e contribuição PAVI/PROIAP/PDVI	9	9
Provisão com Participação nos Lucros e Resultados – PLR	6.231	3.372
Obrigações Atuarial (Nota 15)	7.476	7.813
Provisão p/ Outras Despesas Administrativas	10.758	7.419
Outros	564	402
Não Circulante		
Obrigações Atuarial (Nota 15)	24.420	22.581
Total	65.144	50.587

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais****b. Passivos contingentes:***

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	30.09.11	31.12.10
Provável	3.620	4.909	2.541	11.070	8.579
Possível	346	5.484	414	6.244	6.727
Total	3.966	10.393	2.955	17.314	15.306

b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de dezembro de 2010, são:

- **CPMF - R\$2.068 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$414 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ITR - R\$45 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

- **IPTU - R\$428 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

b.4) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de Alongamento de dívidas originárias do Crédito Rural.

c. Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do trimestre	3.969	9.466	2.894
Atualização monetária	84	250	61
Constituições/(reversões)	(56)	766	-
Pagamentos	(31)	(89)	-
No final do Trimestre	3.966	10.393	2.955

12. Patrimônio Líquido**12.1 Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará	759	0,0080
Administradores	12	0,0001
Outros	1.445	0,0152
Total	9.521.649	100,00

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais***Ações em Circulação**

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação ¹	Ações em Circulação ²	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do Banpará.

² Totais de ações emitidas pelo Banpará, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12.08.2011, deliberou o aumento do Capital Social da Companhia, com incorporação de Reservas de Lucros, elevando seu valor de R\$105.895.017,17 para R\$264.140.578,61, sem alteração do número de ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, em 20 de outubro de 2011, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF e publicada no Diário Oficial nº 204, de 24 de outubro de 2011.

Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração da Companhia, reunido em 25.07.2011, deliberou pagar em 10.08.2011, Juros sobre Capital Próprio relativos ao primeiro e segundo trimestre de 2011, no valor de R\$ 7.809 mil.

12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 30 de setembro de 2011, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	30.09.11	31.12.10
Patrimônio de Referência – PR	315.542	263.911
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	224.263	125.652
Índice de Basiléia	15,48%	23,1%
Índice de Imobilização	13,46%	15,2%
Margem de Imobilização	115.309	91.779

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Em setembro de 2011, o Índice de Basileia foi de 15,48%. A redução apresentada, em comparação ao índice de dezembro de 2010, foi impulsionada basicamente pelo crescimento da carteira de crédito do Banco.

13. Remuneração dos Administradores

Os honorários dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banpará totalizaram R\$370 mil no 3º trimestre de 2011 (R\$220 mil no 3º trimestre 2010).

14. Gestão de risco**Gestão de Riscos**

A cultura de gerenciamento de risco no Banpará está pautada nos Princípios do Novo Acordo de Basileia bem como nas regulamentações do órgão regulador. O processo de gestão de riscos envolve todas as unidades geradoras de exposição a risco estimulando dessa forma o envolvimento direto dos gestores de modo a fortalecer a disseminação da cultura de riscos na Instituição. Com vistas à tornar as análises dos Riscos Corporativos mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado:

Com vistas a garantir a eficácia do modelo de Gerenciamento do Risco de Mercado foi realizada a análise de Backtest do Sistema Integrado de Gerenciamento de Risco de Mercado, Liquidez e Crédito, bem como iniciados estudos com vistas à atualização da Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, conforme Resolução 3.464/07.

Risco de Crédito:

Para o 3º trimestre de 2011 o Banpará apresentou Índice de Basileia de 15,48%, com redução de 16,56p.p em relação ao encerramento do trimestre anterior quando registrava 32,04%. A redução ocorreu principalmente em decorrência da expressiva alavancagem da Carteira de Crédito e impactada também pela alteração na metodologia de Ponderação das Operações de Crédito, conforme Circular 3.515/10, que passou a utilizar o FPR de 150% para operações contratadas a partir de 06/12/10 com mais de 24 parcelas e crédito consignado com mais de 36 parcelas. Contudo o índice permanece acima do mínimo exigido pelo Órgão Regulador (11%).

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Risco de Liquidez:

Com vistas à revisão/atualização da Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, conforme Resolução 2.804/00, foram iniciados estudos para revisão do Limite Mínimo de Liquidez e do Pré Acionador do Plano de Contingência. Além disso, o Banco mantém o acompanhamento contínuo das operações realizadas por meio de análises de cenários macroeconômicos e de eventos que possam impactar na margem de liquidez.

Risco Operacional:

O Banpará, com o intuito de mitigar Riscos Operacionais apontados pelas auditorias externa e interna, bem como oriundos de Reuniões de Comitês, elaborou 45 Planos de Ação, os quase são devidamente acompanhados até sua finalização.

Mais detalhes sobre o processo de controle de risco podem ser consultados no site www.banparanet.com.br na rota: O BANPARÁ/Relação com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos.

15. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde**15.1 Plano de Suplementação de Aposentadoria**

O Banpará patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banpará, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturado na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária – considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

São os seguintes os benefícios de complementação de aposentadoria:

a. Plano Básico de Benefício Definido - BD

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado PREV-RENDA, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo Regulamento do Plano Básico, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

- | | |
|----|---|
| 1) | Suplementação de aposentadoria por invalidez; |
| 2) | Suplementação de aposentadoria por idade; |
| 3) | Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição; |
| 4) | Suplementação da pensão por morte; |
| 5) | Suplementação do auxílio-reclusão; |
| 6) | Suplementação do abono anual. |

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo.

Participantes assistidos	2010
Quantidade	19
Idade média (anos)	65,21
Benefício médio (R\$)	3.119,83
Pensionistas	
Quantidade	2
Idade média (anos)	66,00
Benefício médio	1.434,58

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-83 male;
- Tábua de entrada em invalidez: não usada, por inexistirem ativos;

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00% ao ano;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre;
- Taxa nominal do custo dos juros: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalentes à taxa anual de 6,00%);
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%;
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%;
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano;
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 4,10%.

b. Plano PREVRENDA de Contribuição Definida - CD

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banpará e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo Regulamento do Plano PREV-RENDA, onde estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

Os benefícios que integram o PREV-RENDA são os seguintes:

- 1) Renda Temporária;
- 2) Benefícios por Morte e por Invalidez do Participante Ativo ou Autopatrocinado;
- 3) Benefícios por Morte do Participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por Invalidez.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

i) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-83 male
- Tábua de entrada em invalidez: TASA-1927
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB 57
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,00%;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 7,18%, no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalente à taxa anual de 6,00%);
- Taxa nominal do custo dos juros: 7,18% no semestre, composta pelo INPC de dezembro/2010 a maio/2011 (4,10%) + 2,96% ao semestre (taxa de juros equivalente à taxa anual de 6,00%);
- Taxa de Rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2% a.a.
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
- Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 5,00% ao ano
- Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios: 4,10%

Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido – BD

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 7.101 mil e ativo líquido de R\$ 5.371 mil, tendo como resultado déficit atuarial de R\$ 1.730 mil, o qual foi reconhecido integralmente como provisão de benefícios pós-emprego

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

pelo Banpará em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores devidos pelo Banco, por conta desse passivo, vêm sendo pagos por meio de contribuições mensais correspondentes a R\$73 mil (cota patronal). No terceiro trimestre de 2011 o Banpará efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$21.922 mil.

b. Plano de Contribuição Definida - CD

Os benefícios são estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições que complementarão o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado conforme a norma descrita no parágrafo precedente foi avaliado em R\$ 423 mil, estando coberto integralmente pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), dado que o saldo em 30 de junho de 2011 é de R\$ 613 mil, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento de passivo desta natureza pelo Banpará na data da avaliação.

As provisões matemáticas dos benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida — cujos valores correspondem a R\$ 18.668 mil, para Benefícios Concedidos, e a R\$ 33.727 mil, para Benefícios a Conceder somam R\$52.395 mil, estando integralmente lastreadas pelo patrimônio do plano, de R\$ 52.681 mil, em 30 de junho de 2011.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16, 537901 % sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pagado até 30 de junho de 2011, 106 parcelas restando, ainda, 74 parcelas de R\$ 579 mil, a liquidar. Esses valores foram reconhecidos de forma diferida, à taxa de 12,79% a.a. (6% + INPC acumulado no ano de 2011), estando totalmente provisionado, cujo Passivo reconhecido em 30 de setembro de 2011 é de R\$30.166 mil (R\$28.664 mil, em 30 de dezembro de 2010). No terceiro trimestre de 2011, o Banpará efetuou contribuições a favor da CAFBEP no montante de R\$1.508 mil.

15.2 Plano de Assistência à Saúde - PAS

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

O Banpará patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, Plano de Assistência à Saúde - PAS para os empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios oferecidos pelo sistema oficial de saúde, cuja administração é efetuada pela CAFBEP - Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A., entidade fechada de previdência privada. I.

Não há provisão constituída para este plano por não haver déficit bem como pagamento de benefício pós emprego.

16. Administração de fundos e programas

O Banpará, como agente financeiro do Estado do Pará, opera e administra os seguintes Fundos e Programas de Desenvolvimento:

a. Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE

Tem por objetivo financiar programas e projetos considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir desigualdades regionais e sociais bem como garantir a competitividade dos empreendimentos econômicos instalados no Estado, nos seguintes segmentos:

I – Financiamento ao setor público para execução de projetos de infra-estrutura econômica e social;

II - Financiamento ao setor privado de natureza reversível, destinado a estimular o associativismo, especialmente o cooperativismo integrado por pequenos agentes econômicos, bem como as microempresas, as empresas de pequeno porte, mini e pequenos produtores rurais;

III – Financiamento à empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas.

Esse fundo é constituído com recursos do Governo do Estado do Pará, cujo saldo aplicado até 30 de setembro de 2011 é de R\$ 67.109 mil (R\$ 60.058 mil em 31 de dezembro de 2010).

b. Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - BANCO DO PRODUTOR

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Tem por objetivo principal, financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, diversificação e transformação da base produtiva do Estado do Pará, promovendo geração de emprego e renda, exclusivamente, em projetos localizados no Estado do Pará. Esse fundo é formado por recursos do Governo do Estado do Pará e da VALE, cujo saldo aplicado com base em 31 de setembro de 2011 é de R\$ 35.433 mil (R\$ 36.456 mil em 31 de dezembro de 2010).

c. Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará – PARÁ RURAL

Criado pela Lei nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, co-financiada pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Mundial (BIRD), iniciou em abril de 2010, tendo como área de abrangência geográfica o ambiente rural do Estado.

Esse programa atua em duas frentes convergentes de ação: a primeira relacionada ao aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres, mediante o financiamento de processos locais de desenvolvimento, implementação de projetos produtivos e provisão de infra-estrutura complementar à produção. A segunda direcionada ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

O saldo aplicado em 30 de setembro de 2011 é R\$ 4.979 mil (R\$ 4.920 mil em 31 de dezembro de 2010).

d. Fundos Municipais de Desenvolvimento – FMD

Formado com recursos dos Governos Municipais conveniados com o Banpará, cujo objetivo é potencializar e incentivar a geração de postos de trabalho e de renda para as pessoas físicas e jurídicas do próprio município.

O saldo aplicado, na posição de 30 de setembro de 2011, é R\$ 700 mil (R\$ 642 mil em 31 de dezembro de 2010).

17 Transações com partes relacionadas

As captações no mercado aberto, depósitos a prazo, e demais transações entre partes relacionadas, são efetuadas em condições e taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros. Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Transação:	30.09.11	31.12.10
Depósitos		
Estado do Pará à Vista	215.966	247.095
Estado do Pará à Prazo	1.093.549	448.919
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banpará	96.	158
Obrigações Sociais e por Convênio	31.896	30.394
Caixa de Previdência e Assistência dos Funcionários do Banpará	31.896	30.394

18 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de setembro de 2011, é de R\$125.553 mil (R\$123.821 em 31 de dezembro de 2010), determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

19 Instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições. A Instituição não operou com derivativos no 3º trimestre de 2011.

20 Acordo de compensação e liquidação de obrigações

O Banpará mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Em 30 de setembro de 2011, a posição da obrigação do Banpará que envolve referido acordo é a seguinte:

Modalidade da Operação	Data do Contrato	Vencimento da obrigação	Valor do DIR	Juros Capitalizados	Valor Total
CDI-PÓS	23.05.2011	19.12.2011	100	4	104
CDI-PÓS	21.09.2011	19.03.2012	47.000	150	47.150
CDI-PÓS	19.09.2011	18.06.2012	15.150	62	15.212
CDI-PÓS	21.09.2011	18.06.2012	5.500	18	5.518
			67.750	234	67.984

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais***21. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário****a. Base de Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente**

DESCRIÇÃO	30.09.2011		31.12.2010	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da trib. e participações	108.785	108.785	98.826	98.826
Juros s/ Capital Próprio	(7.809)	(7.809)	(12.677)	(12.677)
Base de Cálculo	100.976	100.976	86.149	86.149
Adições (Exclusões)	15.189	15.189	9.718	9.718
Lucro Tributável antes das Compensações	116.165	116.165	95.867	95.867
Compensação Prejuízos Fiscais e Base Negativa	(34.850)	(34.850)	(28.760)	(28.760)
Base de Cálculo após Compensações	81.315	81.315	67.107	67.107
Alíquota Normal (15%)	12.197	12.197	10.066	10.066
Adicional do Imposto de Renda (10%)	8.113	-	6.687	-
Valores Devidos	20.310	12.197	16.753	10.066
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(82)	-	(171)	-
Incentivos Fiscais	(100)	-	(282)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(44)	-	(67)	-
IR e CSLL a Pagar	20.084	12.197	16.233	10.066

A Instituição, em processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativo ao exercício 2009, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$ 716 mil e R\$ 429 mil, respectivamente, face complemento de adição do ativo fiscal diferido que estava sendo computado indevidamente na base de cálculo.

Continuando o processo de análise da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido relativo ao exercício de 2010, concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes na apuração desses tributos no valor de R\$ 1.837 mil e R\$1.102 mil, respectivamente, face complemento de adição do ativo fiscal diferido que estava sendo computado indevidamente na base de cálculo.

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais***b. Créditos Tributários Ativados**

O banco mantém registrado, como Ativo Fiscal Diferido de Prejuízo Fiscal e Base Negativa, que totaliza R\$ 9.808 mil, demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Realizações	Constituição	Saldo em 30/09/2011	Crédito tributário
Prejuízo Fiscal	36.981	(32.412)	-	4.569	1.142
Base Negativa	62.900	(32.643)	-	30.257	8.666
Total	99.881	(65.055)	-	34.826	9.808

No montante de créditos tributários ativados inclui-se a Contribuição Social a compensar decorrente dos créditos tributários que haviam sido ativados, à alíquota de 18%, sobre as bases negativas de diferenças intertemporais existentes em 31.12.1998, em conformidade com a MP n.º 2.158-35/2001 artigo 8º, que reduziu a alíquota de CSLL de 18% para 8%.

De 01.01.2003 até 30.04.2008, a alíquota vigente da CSLL foi de 9%, conforme Lei n.º 10.637/2002. A Medida Provisória n.º 413/2008, convertida na Lei n.º 11.727/2008, elevou a alíquota da CSLL do setor financeiro, de 9% para 15%, a partir de 01.05.2008, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos à alíquota de 25% e 15%, respectivamente, e tem por base prejuízos fiscais e base negativa, estando registrados sob o fundamento econômico de perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos, devidamente demonstrada em estudo técnico, aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal, observado o critério para constituição, manutenção e baixa estabelecida pela Resolução n.º 3.059/2002 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução n.º 3.355/2006, também do Conselho Monetário Nacional.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização:

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Ano de Realização	IRPJ a Compensar	CSLL a Compensar	Total Geral
2011	(3.266)	(1.085)	(4.351)
2012	(3.793)	(3.626)	(7.419)
2013	-	(3.974)	(3.974)
2014	-	(2.656)	(2.656)
Total	(7.059)	(11.341)	(18.400)

c. Créditos Tributários Não Ativados

O banco possui registrados créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 66.503 mil, demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Realizações	Constituição	Saldo em 30/09/2011	Crédito tributário
Provisão p/ Créditos em Liquidação	104.386	(8.898)	24.261	119.749	49.222
Provisão p/ Outros Créditos	20.691	-	2.166	22.857	8.834
Provisão p/ Passivos Trabalhistas	3.478	-	488	3.966	1.513
Provisão p/ Ações Cíveis	9.120	-	1.273	10.393	3.966
Prejuízos em Operações. Swap	516	-	-	516	129
Provisão p/ Riscos Fiscais	2.708	-	247	2.955	1.145
Provisão p/ Outros Valores e Bens	3.691	-	928	4.619	1.794
Total das Adições Temporárias	144.590	(8.898)	29.363	165.055	66.503

22. Outras Receitas e Despesas**22.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais:**

Outras Receitas Operacionais	30.09.11	30.09.10
Recuperação de Encargos e Despesas	15	10
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	650	563
Atualização Monetária de Valores Ativos	24	1
Outras – Ações Judiciais	12	105
Outros	13	130
Total	714	809

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011***Em milhares de reais*

Outras Despesas operacionais	30.09.11	30.09.10
Despesas Carteira Imobiliária	379	11
Despesas Descontos Concedidos	52	11
Despesas de Atualização de Impostos e Contribuição	61	68
Despesas de Atualização Monetária de Valores Passivos	125	114
Despesas de Atualização de Ações Judiciais	212	220
Despesas de Ações Judiciais	714	165
Outras Despesas Operacionais	98	146
Total	1.641	735

22.2 Outras Receitas/Despesas Não Operacionais:

Outras Receitas/ Despesas Não Operacionais	30.09.11	30.09.10
Reversão de provisões não operacionais	67	176
Insubsistências Passivas	6	92
Lucros em Transações com Valores Mobiliários	15	295
Rendas de Aluguel	53	58
Outras Receitas não Operacionais	147	324
Insubsistências ativas	(105)	(693)
Superveniência Passiva	-	(6)
Roubos por Assalto	(274)	(1.355)
Outras Despesas não Operacionais	(10)	(63)
Total	(101)	(1.172)

23. Convergência Contábil aos Padrões Internacionais

A Resolução CMN nº 3.786, de 24 de setembro de 2009, e as Circulares BACEN nº 3.472, de 23 de outubro de 2009 e nº 3.516, de 23 de dezembro de 2010, estabeleceram que somente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board. O BANPARÁ não possui subsidiárias e não controla Empresas de

Notas Explicativas**Banco do Estado do Pará S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Relativas ao 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais

Propósito Específico (EPE), portanto, considerando os termos do IAS 27 e do SIC 12, não está sujeita a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas demonstrações contábeis do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3.566, de 29.05.2008);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução CMN nº 3.604, de 29.08.2008);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 3.750, de 30.06.2009);
- CPC-10 – Pagamento baseado em ação (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011);
 - CPC-23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes – (Resolução CMN nº 3.973, de 26.05.2011);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009); e
- CPC-33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 07.10.2009).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos períodos anteriores apresentados para fins de comparação.

Em 04 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e ue detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO auditou as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e emitiu relatório datado em 15 de fevereiro de 2011, sem modificação. A BDO Auditores Independentes também revisou as informações contábeis intermediárias do trimestre e período de nove meses findos 30 de setembro de 2010, cujo relatório datado de 5 de novembro de 2010, foram emitidos com ressalvas sobre: i) a provisão de R\$31.951 mil devido a não apresentação dos demonstrativos de resultado de avaliação atuarial, realizada por atuário independente e com base nos benefícios pós-emprego, requeridos pela NPC 26, emitida pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (Ibracon) e referendada pela Deliberação CVM nº 371/2000 e; ii) a impossibilidade da obtenção de evidência apropriada e suficiente sobre a inexistência de distorções nos saldos iniciais comparativos, por não termos obtido acesso aos papéis de trabalho dos auditores independentes anteriores.

Fortaleza, 10 de novembro de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/0-5-S-PA

Eliardo Araújo Lopes Vieira José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1SP241582/O-1-S-PA Contador CRC 1RJ087339/O-4-S-PA